

STJ00098909

José Cretella Neto

Mestre, Doutor e Livre-Docente em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da USP. Professor de Direito Internacional na Escola Paulista de Direito – EPD. Advogado em São Paulo.

CURSO DE DIREITO INTERNACIONAL PENAL

2ª edição
2014





Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
 CEP 05413-909
 PABX: (11) 3613 3000
 SAC: 0800 011 7875
 De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30
www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção editorial Luiz Roberto Curia
Gerência executiva Rogério Eduardo Alves

Gerência editorial Thaís de Camargo Rodrigues
Editoria de conteúdo Henderson Fürst
Assistência editorial Deborah Caetano de Freitas Viadana

Coordenação geral Clarissa Boraschi Maria
Preparação de originais Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan e
 Ana Cristina Garcia (coords.)

Arte e diagramação Sônia de Paiva Lima
Revisão de provas Amélia Kassis Ward e
 Ana Beatriz Fraga Moreira (coords.)
 Amanda Maria de Carvalho Anhoque
 Auriana Pereira Malaquias

Produção editorial William Rezende Paiva
Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva
 Kelli Priscila Pinto
 Tatiana dos Santos Romão

Capa Roney Camelo
Produção gráfica Marli Rampim
Impressão Gráfica Salesianas
Acabamento Gráfica Salesianas

ISBN 978-85-02-21795-9

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Cretella Neto, José
 Curso de direito internacional penal / José
 Cretella Neto. – 2. ed. – São Paulo : Saraiva, 2014.

Bibliografia.

1. Direito internacional 2. Direito internacional
 penal 3. Jurisdição (Direito internacional público) 4.
 Jurisdição penal 5. Tribunais penais internacionais I.
 Título.

13-11728

CDU-343

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito internacional penal 343

Data de fechamento da edição: 2-4-2014

Dúvidas?

Acesse: www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida
 por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da
 Editora Saraiva.
 A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na
 Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

074.220.002.001

1009677

ÍNDICE

ABREVIATURAS.....	5
-------------------	---

CAPÍTULO

1

DIREITO INTERNACIONAL PENAL.....	27
----------------------------------	----

1.1 Direito Internacional Penal e Direito Penal Internacional	27
---	----

1.2 A Codificação do Direito Internacional Penal: de Breisach a Haia - a Criação do Tribunal Penal Internacional	31
---	----

CAPÍTULO

2

CRIMES INTERNACIONAIS – CONCEITUAÇÃO.....	49
---	----

2.1 Considerações Iniciais.....	49
---------------------------------	----

2.2 Elementos dos Crimes Internacionais	61
---	----

CAPÍTULO

3

DESENVOLVIMENTO DO DIREITO INTERNACIONAL PENAL	86
---	----

3.1 Responsabilidade Penal do Indivíduo em Direito Internacional..	86
--	----

3.2 1ª Guerra Mundial: o Tratado de Versalhes e os Crimes de Guerra	87
3.3 2ª Guerra Mundial: a Criação dos Tribunais de Nuremberg e de Tóquio e os Julgamentos	91
3.3.1 A Criação dos Tribunais	91
3.3.2 Os Julgamentos Principais de Nuremberg	95
3.3.3 Os Julgamentos Subsequentes e Correlatos de Nuremberg	101
3.3.4 Os Julgamentos de Tóquio	105
3.3.5 Os Crimes Internacionais e o Pós-Guerra	108
3.4 A Situação Atual do Direito Internacional Penal	112

CAPÍTULO

4

FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PENAL

123

4.1 Ponto de Partida para o Estudo das Fontes	123
4.2 As Convenções Internacionais	125
4.3 O Costume Internacional e sua Relação com as Convenções	127
4.4 Os Princípios Gerais do Direito Internacional Penal	129
4.5 Outras Fontes Subsidiárias: Jurisprudência, Doutrina e Atos Unilaterais	138

CAPÍTULO

5

JURISDIÇÃO INTERNACIONAL E TRIBUNAIS PENAIS

INTERNACIONAIS

146

5.1 Conceito de Jurisdição Internacional e os Tribunais Penais Internacionais de 1ª Geração	146
5.2 A 2ª Geração dos Tribunais Penais Internacionais e os Fundamentos Jurídicos da Criação de Tribunais <i>ad hoc</i> pelo Conselho de Segurança	157
5.2.1 O Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia	163
5.2.2 O Tribunal Penal Internacional para Ruanda	172

5.2.3	Diferenças entre os Tribunais Penais Internacionais para a ex-Iugoslávia e para Ruanda.....	180
5.3	Trabalhos Preparatórios e a Conferência de Roma para a Criação do Tribunal Penal Internacional – a 3ª Geração de Tribunais Penais Internacionais	184
5.4	Por que Criar um Tribunal Internacional Penal Permanente	192
5.4.1	Argumentos a Favor e Contra	192
5.4.2	O Caso Lubanga.....	197
5.5	O que se Espera do Tribunal Penal Internacional e a Atual Situação dos Casos	200
5.6	Outros Tribunais Penais Criados por Iniciativa ou com Interferência da ONU – a Novíssima Geração – uma Justiça Híbrida?	208
5.6.1	Tribunal Especial para Serra Leoa	208
5.6.2	Tribunal Especial para os Julgamentos do Khmer Rouge (Camboja)	212
5.6.3	Tribunal <i>ad hoc</i> sobre Direitos do Homem para os Crimes Praticados em Timor-Leste	217
5.6.4	Tribunais para os Crimes Cometidos no Kosovo	220
5.6.5	Os Crimes Cometidos na Bósnia-Herzegovina e a Câmara para Crimes de Guerra	222
5.6.6	Tribunal Especial para o Líbano	227

CAPÍTULO

6

JURISDIÇÃO UNIVERSAL E JULGAMENTO DOS ACUSADOS DE CRIMES INTERNACIONAIS

235

6.1	Desenvolvimento da Doutrina da Jurisdição Universal	235
6.2	Crimes Internacionais e Jurisdição Universal.....	253
6.3	Obstáculos à Jurisdição Universal: as Defesas (Exceções) de Crime Político e da Pena de Morte	261
6.4	A Jurisdição Universal na Visão da Corte Permanente de Justiça Internacional e da Corte Internacional de Justiça.....	265
6.4.1	O Caso Lotus	265
6.4.2	O Caso Barcelona Traction.....	266

6.4.3 O Caso Yerodia (Caso relativo à Ordem de Prisão de 11 de Abril de 2000 [República Democrática do Congo v. Bélgica]) ..	270
6.4.4 O Caso Consequências Jurídicas da Edificação de um Muro no Território da Palestina Ocupado	276
6.5 Outros Casos de Referência (<i>Leading Cases</i>) em que Foi Invocada a Jurisdição Universal	277
6.5.1 O Caso Pinochet – Grã-Bretanha.....	277
6.5.2 O Caso Al-Adsani perante a Corte Europeia de Direitos Humanos.....	282
6.5.3 O Caso Eichmann – Israel.....	285
6.5.4 O Caso Demjanjuk – Israel e Estados Unidos.....	288
6.6 Crimes Internacionais e as Dificuldades para a Adoção Generalizada da Jurisdição Universal	290
6.6.1 Recentes Avanços em Direção a Mudanças quanto à Adoção do Critério da Jurisdição Universal.....	290
6.6.2 Legislações Nacionais Autorizando a Adoção do Conceito de Jurisdição Universal para Crimes Internacionais.....	292

CAPÍTULO

7

CRIMES NUCLEARES DO DIREITO INTERNACIONAL PENAL	305
7.1 Conceito de Crimes Nucleares.....	305
7.2 O Crime de Genocídio.....	306
7.2.1 Definição de Genocídio.....	306
7.2.2 Populações Vítimas de Genocídio em Tempos Recentes	316
7.2.3 Incitação ao Genocídio.....	319
7.2.4 Imprescritibilidade do Crime de Genocídio.....	320
7.3 Crimes contra a Humanidade	323
7.3.1 Origem da Expressão “Crimes contra a Humanidade”	323
7.3.2 O Desenvolvimento da Noção de Crimes contra a Humanidade após o Final da 2ª Guerra Mundial.....	327
7.3.3 A Relação entre Crimes de Guerra e Crimes contra a Humanidade	332

7.3.4 Características dos Crimes contra a Humanidade e a Moderna Jurisprudência	340
7.3.5 Imprescritibilidade dos Crimes contra a Humanidade.....	351
7.4 Crimes de Guerra.....	352
7.4.1 Considerações Preliminares	352
7.4.2 A Evolução do Conceito de Crime de Guerra	357
7.4.2.1 A Guerra na História.....	357
7.4.2.2 A Guerra, a Moderna Proibição do Uso da Força e a Organi- zação das Nações Unidas	380
7.4.2.3 As Categorias de Crimes de Guerra.....	388
7.4.3 Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra.....	389
7.5 Agressão - Crimes contra a Paz	389
7.5.1 Evolução do Conceito de Agressão	389
7.5.2 A Carta da ONU e o Uso da Força	401
7.6 Graves Violações às Convenções de Genebra de 12 de Agosto de 1949.....	432

CAPÍTULO

8

CRIMES INTERNACIONAIS EM ESPÉCIE..... 437

8.1 Tipos de Crimes Internacionais	437
8.2 Pirataria em Alto-Mar.....	438
8.3 Tortura.....	456
8.4 Escravidão e Tráfico de Escravos	477
8.4.1 A Atividade e a Criminalização Internacional do Tráfico de Escravos	477
8.4.2 A Escravidão em Conflitos Armados	489
8.4.3 A Escravidão Sexual.....	491
8.5 Mercenarismo	493
8.5.1 Mercenário e Mercenarismo	493
8.5.2 Instrumentos Internacionais de Combate ao Mercenarismo	494
8.6 Tráfico Internacional de Pessoas	501
8.6.1 A Proteção Jurídica da Pessoa Humana	501

8.6.2 A Proteção aos Direitos Humanos no Plano Universal	503
8.6.3 A Proteção aos Direitos Humanos no Plano Regional	508
8.6.3.1 Continente Europeu	508
8.6.3.2 Continente Americano	511
8.6.3.3 Continente Africano	513
8.6.3.4 Estados Árabes.....	516
8.6.4 Repressão Internacional ao Tráfico de Pessoas.....	518
8.7 Tráfico Internacional de Drogas.....	532
8.8 Discriminação em Geral e <i>Apartheid</i>	543
8.8.1 Considerações Iniciais.....	543
8.8.2 Instrumentos Internacionais de Combate à Discriminação	545
8.8.3 Discriminação contra as Mulheres	552
8.8.4 Discriminação contra Pessoas Portadoras de Deficiências.....	555
8.8.5 Outras Formas de Discriminação	557
8.8.6 Um Caso Específico de Discriminação: o <i>Apartheid</i>	558
8.9 Desaparecimento Forçado de Pessoas	566
8.9.1 Desaparecimento Forçado de Pessoas como Violação aos Di- reitos Humanos	566
8.9.2 A Condenação da Comunidade Internacional aos que Promo- vem o Desaparecimento Forçado de Pessoas como Violação aos Direitos Humanos	569
8.10 Falsificação de Moeda.....	572
8.10.1 Breve História da Moeda.....	572
8.10.2 Conceito de Moeda e Surgimento do Dinheiro como Meio de Transação Econômica	578
8.10.3 Crime de Falsificação	581
8.11 Corrupção e Lavagem de Dinheiro.....	589
8.11.1 Definições e Correlação entre Corrupção e Lavagem de Di- nheiro	589
8.11.2 Combate à Corrupção	594
8.11.3 Combate à Lavagem de Dinheiro	602
8.11.3.1 Generalidades	602
8.11.3.2 As Organizações Internacionais	607
8.11.3.3 As Convenções Internacionais	616
8.12 Terrorismo Internacional	620

8.12.1 Breve Histórico do Terrorismo.....	620
8.12.2 Al Qaeda - a Face do Terrorismo Moderno.....	645
8.12.3 Conceituação e Natureza Jurídica do Terrorismo Internacional.	648
8.12.4 Terrorismo contra a População em Tempo de Guerra	658
8.12.5 Normas Jurídicas Aplicáveis aos Atos de Terrorismo e aos Terroristas.....	660
8.12.6 As Principais Convenções sobre Terrorismo Internacional.....	664
8.12.7 A Abordagem Setorial das Convenções Internacionais.....	672
8.12.8 Terrorismo e Jurisdição Universal	677
REFERÊNCIAS.....	683